

Editorial

Brasil e Belém: refletir sobre a questão urbana no passado para construir o futuro

Gilberto de Souza Marques¹

Em junho de 2003 protestos tímidos contra os aumentos das tarifas dos transportes públicos foram violentamente reprimidos pela polícia em São Paulo e em seguida em outras cidades. Ao invés de interromper os protestos, a ação truculenta das forças policiais incendiou as mobilizações que se tornaram multitudinárias.

Inicialmente, a pauta era a revogação do aumento de R\$ 0,20 das tarifas nas passagens de ônibus de São Paulo, cidade onde o prefeito era Fernando Haddad do PT. O governador do estado era Geraldo Alckmin do PSDB e na Presidência da República estava a também petista Dilma Rousseff. Os protestos arrastaram todos e, rapidamente, se tornaram antigoverno e muito radicalizados.

O ponto de inflexão foi o dia 13 de junho em São Paulo, onde uma grande manifestação convocada pelas redes sociais terminou com 232 pessoas presas e 17 jornalistas feridos, incluindo um que perdeu a visão de um de seus olhos.

Os atos cresceram em todo o Brasil, incluindo Belém (governada por Zenaldo Coutinho do PSDB) e outras cidades paraenses. Um dos atos que teve maior tensão no Pará foi a tentativa algumas centenas de jovens de tomada da prefeitura da capital estadual... e quase conseguiram.

Em geral, as tarifas foram revogadas, mas as manifestações continuaram por mais alguns meses, mas foram perdendo força. As razões do enfraquecimento dos atos não são consensuais entre aqueles e aquelas que se debruçaram sobre tema. Para alguns, faltou uma pauta mais bem definida ou até mesmo uma direção mais explícita ou consolidada ao

¹ Professor da Faculdade de Ciências Econômicas ICSA/UFPA. Editor-Chefe da revista CONEXÕES.

movimento, que, em alguma medida era marcado pelo espontaneísmo. Outros rechaçam essa interpretação evidenciando a grandeza das manifestações, sua força e de seu caráter democrático.

Entre as causas dos protestos, Ermínia Maricato (2013) coloca como central a questão urbana. A autora evidencia aquilo já exposto em outro trabalho (MARICATO, 1995), qual seja, a urbanização no Brasil reflete a desigualdade social historicamente constituída na sociedade brasileira.

Combinando investimento público com ação reguladora, o Estado garante a estruturação de um mercado imobiliário capitalista para uma parcela restrita da população, enquanto que para a maioria resta as opções das favelas, dos cortiços, ou do loteamento ilegal, na periferia sem urbanização de todas as metrópoles (MARICATO, 1995, p. 23).

Nesses termos, o espaço não é apenas uma construção social como definiu Milton Santos (1978), ele, segundo Lefebvre (2008), é complexo e contraditório, expressão das contradições e conflitos entre as classes sociais e demais atores que se assentam nele.

A urbanização brasileira reflete uma enorme desigualdade social. A cidade apresenta-se segregada, com intensa espoliação.

A noção de espoliação urbana decorre da constatação de que a industrialização e a urbanização periféricas fazem nascer amplas necessidades coletivas de reprodução social, mas a intervenção do Estado é absolutamente limitada para atendê-las. Os fundos públicos são prioritariamente destinados ao financiamento imediato da acumulação, e quando se dirigem ao consumo coletivo, privilegiam as camadas de maior renda. Por outro lado, o mercado imobiliário (casa e terreno) distribui a população no território, selecionando o acesso aos equipamentos sociais e gerando uma valorização imobiliária diferenciada” (RIBEIRO, 1994, p. 274)

A forte segregação social do espaço urbano é consequência, ao mesmo tempo em que reproduz as contradições sociais, gerando mais segregação. Parte considerável da população é levada a ocupar áreas faveladas, o que Maricato et. al. (2002) nominou de não-cidade, a cidade ilegal, assumindo ela mesma (esta população) a tarefa de construir diretamente suas próprias moradias. O urbanismo no Brasil esteve voltado para apenas uma parte da cidade, a cidade legal. A outra parte deixa de existir para o planejamento estatal. Mas a questão social, ao se tornar mais crítica, exige respostas. Estas são anunciadas no plano, nas intenções, mas pouco se efetiva, por isso são plano-discurso.

Essa cidade redefinida é assim cada vez mais segregada – cada vez mais o espaço público se transforma em uma espécie de terra-de-ninguém,

tomada pelos circuitos criminais e aparatos policiais, enquanto se espalha uma arquitetura/fortaleza dos condomínios e espaços semipúblicos privados e controlados (ROLNIK, 1994, p. 355).

Segundo Maricato (2013), nos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff, ainda que em vários aspectos a política social tenha apresentado resultados progressivamente importantes, no caso da política urbana foi diferente. “O coração da agenda da reforma urbana, a reforma fundiária/imobiliária, foi esquecido”, por isso a razão dos protestos “É a questão urbana, estúpido!”, título de um dos seus textos de análise do fenômeno de 2013.

Em São Paulo, o preço dos imóveis aumentou 153% entre 2009 e 2012. No Rio de Janeiro, o aumento foi de 184%. A terra urbana permaneceu refém dos interesses do capital imobiliário e, para tanto, as leis foram flexibilizadas ou modificadas, diante de urbanistas perplexos. A disputa por terras entre o capital imobiliário e a força de trabalho na semiperiferia levou a fronteira da expansão urbana para ainda mais longe: os pobres foram para a periferia da periferia. Novas áreas de proteção ambiental acabam sendo invadidas pelos sem alternativas, pois a política habitacional está longe do núcleo central do déficit. Os despejos violentos foram retomados, mesmo contra qualquer leitura da nova legislação conquistada por um Judiciário extremamente conservador. Favelas bem localizadas na malha urbana sofrem incêndios, sobre os quais pesam suspeitas alimentadas por evidências constrangedoras.

E embora a piora de mobilidade seja geral – isto é, atinge a todos –, é das camadas de rendas mais baixas que ela vai cobrar o maior preço.

A desoneração dos automóveis somada à ruína do transporte coletivo fizeram dobrar o número de carros nas cidades. Em 2001, havia em doze metrópoles brasileiras 11,5 milhões de automóveis e 4,5 milhões de motos; em 2011, 20,5 milhões e 18,3 milhões, respectivamente. Os congestionamentos em São Paulo, onde circulam diariamente 5,2 milhões de automóveis, chegam a atingir 295 quilômetros das vias (MARICATO, 2013, p. 20-22).

Em 2023 completaremos 10 anos dos protestos de 2013. Nesse decênio muita coisa aconteceu. Uma presidenta eleita foi derrubada pouco mais de um ano após sua eleição. Seu vice-presidente articulou sua queda, impôs uma forte agenda de usurpação de direitos sociais (com a Reforma Trabalhista, por exemplo), ao mesmo tempo em que privilegiou o mercado especulativo, com o congelamento do orçamento público para os investimentos (“gastos”) sociais e expansividade da dívida pública com o setor financeiro. Movimentos massivos voltaram às ruas, mas com pautas extremamente conservadoras e isso serviu de base de sustentação para a eleição de Jair Bolsonaro.

É possível encontrar elementos de conservadorismo nas mobilizações de 2013? Sim, em algum sentido a rejeição aos partidos, mesmo a aqueles historicamente comprometidos com a transformação social pode ser analisada nesse caminho, ainda que

com muitas ressalvas – rejeição que chegou a ser estendida até mesmo a sindicatos. Mas as manifestações de 2013 não podem ser tomadas como conservadoras, ao contrário.

Em todo caso, ainda temos que responder satisfatoriamente a questão de fundo: porque o movimento que começou em 2013, em tão pouco tempo, cedeu lugar ao movimento que redundou no impeachment de Dilma em 2016? Essa resposta exige tempo e espaço, que não cabem nesse editorial, e extrapolam até mesmo as fronteiras territoriais brasileiras.

Não foram os atos de 2013 que geraram o bolsonarismo, mas, por outro lado, não foram capazes de produzir pautas e projetos sólidos e de longo prazo que impulsionassem as mudanças sociais historicamente necessárias à sociedade brasileira, particularmente às camadas trabalhadoras. Essa incapacidade gerou um vazio que foi rapidamente ocupado por um projeto de direita e extremamente reacionário.

A crise urbana brasileira, associada e reflexo da desigualdade social e a um projeto fascista, projetam 700 mil pessoas mortas pela covid-19.

Ano que vem estaremos diante de um dilema que é maior que uma simples escolha eleitoral, mas que passa pelas urnas: a continuidade do projeto de segregação urbano-social, dessa vez com gritantes aspirações fascistas, ou um projeto alternativo, mesmo que nos quadros da democracia burguesa. Na vitória do segundo, enfrentaremos a crise da sociedade brasileira, que exige se confrontar com interesses poderosos comandado por capitais agrários, financeiro-especulativos e internacionais? Se não fizermos isso, corremos o risco de reproduzir o passado recente? Nos parece que sim, mas somente o tempo nos permitirá saber.

O dilema está colocado para o Pará e para nossa capital. A apropriação de recursos naturais na Amazônia tem gerado transferência de valor (riqueza) para as economias centrais num verdadeiro processo de saque (MARQUES, 2019), aprofundando a dependência, tal qual Marini (2005, 2012) apontou ao analisar o Brasil e a América Latina. A urbanização belenense foi e é marcada pela segregação socioespacial tão ou mais gritante que em outras capitais (RODRIGUES, 1996; TRINDADE JR., 2016). A favela, na forma de baixada, convive com os arranha-céus e os projetos de urbanização das áreas alagadas têm imposto o deslocamento de seus moradores para áreas mais distantes do centro da cidade e dos serviços públicos, dificultando ainda mais o direito à cidade por aqueles que já não os têm.

Segundo o Observatório das Cidades², Belém foi a metrópole brasileira com o terceiro pior índice de desigualdade social nos três meses iniciais de 2021. Na Região Metropolitana de Belém 33,15% da população viviam com até ¼ de salário-mínimo de rendimento *per capita*.

O desafio está posto em Belém, no Pará e no Brasil. Enfrentar essa configuração social dependente e excludente ou continuar deixando o passado nos governar num flerte com modelo autoritários e fascistas.

A universidade pública, para cumprir sua função social, deve ser mais ativa nessa temática não apenas na produção científica e de propostas técnicas, mas de envolvimento com os atores e movimentos sociais representativos das camadas populares, pois a cidade é excludente, mas apenas para as classes trabalhadoras. Questão urbana, democracia, educação públicas e superação das desigualdades sociais devem ser tomadas como referência para um projeto de nação.

Um campo destacado nessa temática são as ciências sociais aplicadas, das quais o ICISA é representativo. Este número revista conexões contém reflexões sobre democracia, educação ambiental, o trabalho da(o) assistente social na educação básica, sobre a qualidade vida de docentes e sobre o capital associado no Brasil.

Esperamos que os artigos estimulem a inquietude e a vontade de superar desafios impostos pela configuração de classes no Brasil, no Pará e em Belém. Boa leitura.

REFERÊNCIAS

- LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. 5 ed. São Paulo: Centauro, 2008.
- MARICATO, Ermínia et al. É a questão urbana, estúpido. *In*: MARICATO, Ermínia. et al. (Org.). **Cidades Rebeldes: passe Livre e as Manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo : Carta Maior, 2013.
- MARICATO, Ermínia. **Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade desigualdade e violência**. São Paulo : LABHAB, 1995.
- MARICATO, E.; ARANTES, O.; VAINER, C. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis, Vozes, 2002.
- MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. *In*: STEDILE, João Pedro e TRASPADINI, Roberta (orgs). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

² <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/belem/> acessado em 20/07/2022.

MARINI, Ruy Mauro. O ciclo do capital na economia dependente. *In*: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (orgs.). **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARQUES, Gilberto. **Amazônia: riqueza, degradação e saque**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

RIBEIRO, Luiz C. Q. ; SANTOS JÚNIOR, Orlando A. **Globalização, fragmentação e reforma urbana**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

RODRIGUES, Edmilson. **A aventura urbana: urbanização, trabalho e meio-ambiente em Belém**. Belém: UFPA/NAEA, FCAP, 1996.

ROLNIK, Raquel. Planejamento Urbano nos Anos 90: novas perspectivas para velhos temas. *In*: Luís Ribeiro; Orlando Júnior. (Org.). **Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. São Paulo: HUCITEC, Ed. USP, 1978.

TRINDADE JR., Saint-Clair. **Formação metropolitana de Belém (1960-1997)**. Belém: Paka-Tatu: 2016.